



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA HUMANAS – CAMPUS VI**  
**LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAETITÉ**  
**HISTÓRIA, TRAJÉTORIA DE LUTA E FORMAÇÃO**

**FABRÍCIA DE SOUZA OLIVEIRA**

**CAETITÉ-BA**

**2025**

**FABRÍCIA DE SOUZA OLIVEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências e Humanas – *Campus VI*, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, como requisito avaliativo para obtenção do Grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Genilson Ferreira da Silva

**CAETITÉ-BA**


**2025**

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAETITÉ**  
**HISTÓRIA, TRAJÉTORIA DE LUTA E FORMAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências e Humanas – Campus VI, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, como requisito avaliativo para obtenção do Grau de Licenciatura em História.


Aprovada em: 10 de julho de 2025

**Banca Examinadora:**

Documento assinado digitalmente  
 **GENILSON FERREIRA DA SILVA**  
Data: 10/11/2025 13:56:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Genilson Ferreira da Silva – Orientador  
Dr. Educação e Contemporaneidade –  
Universidade do Estado da Bahia

Documento assinado digitalmente  
 **WILSON DA SILVA SANTOS**  
Data: 05/11/2025 17:21:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Wilson da Silva Santos  
Doutor em Filosofia e História da Educação–  
Universidade do Estado da Bahia- Campus VI

Documento assinado digitalmente  
 **JOSLAN SANTOS SAMPAIO**  
Data: 10/11/2025 12:52:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Joslan Santos Sampaio  
Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade –  
SEC/ Ba Vitória da Conquista

## **RESUMO**

O artigo trata de discutir sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caetité/Ba, no contexto da ditadura, mais especificadamente entre os anos de 1978 e 1985. Tem como objetivo investigar a luta do movimento sindical nesse período e justifica-se pela necessidade de aprofundamento do assunto de modo a melhor esclarecer a formação e a progressão desse sindicato. A pesquisa segue a linha de pensamento marxista focando na discussão da exploração econômica no processo de trabalho e nas lutas do trabalhador na defesa de seus interesses contra o capital. A problematização está voltada para o questionamento de como o sindicato passou a ter direito a existência dentro desse período do regime militar nesse processo de luta por garantias trabalhistas. A pesquisa faz o levantamento das questões históricas e metodológicas, trata também sobre o movimento histórico sindical no campo e na cidade e ainda apresenta o sindicato dos trabalhadores rurais de Caetité dentro desse recorte temporal.

**PALAVRAS-CHAVES:** Regime militar; Sindicato; Trabalhadores; Caetité;

## **ABSTRACT**

This article discusses the Rural Workers' Union of Caetité, Bahia, within the context of the dictatorship, specifically between 1978 and 1985. Its objective is to investigate the struggles of the labor movement during this period and is justified by the need for in-depth study of the topic to better clarify the formation and progression of this union. The research follows Marxist thought, focusing on the discussion of economic exploitation in the labor process and workers' struggles to defend their interests against capital. The problematization focuses on how the union gained its right to exist during the military regime, in this process of struggle for labor rights. The research surveys historical and methodological issues, also addresses the historical labor movement in the countryside and in the city, and presents the rural workers' union of Caetité within this time frame.

**KEYWORDS:** Military regime; Union; Workers; Caetité;

## INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende investigar como se deu a luta do movimento sindical dos trabalhadores rurais de Caetité entre o período de 1978 a 1985. É parte da necessidade de esclarecer a formação do sindicato e o seu progresso em meio ao período da ditadura militar.

A pesquisa segue a linha de pensamento marxista, cujo objetivo é identificar a exploração da classe trabalhadora pela classe dominante, focando na discussão da exploração econômica no processo de trabalho e nas lutas do trabalhador na defesa de seus interesses contra o capital. Tendo como principal pensador: Karl Marx, cujo pensamento influenciou os sindicatos rurais ao fornecer-lhes um quadro teórico para analisar a exploração e as relações de poder no campo e promove a ideia de que a luta pela terra e pelos direitos trabalhistas é uma luta de classes, visando na transformação social da categoria representada pelos trabalhadores rurais.

Além disso, a pesquisa tem como principais referências: Lara; Diogo (2022), Moraes (1997) e Ribeiro (2022), além de consultas a legislações, como a documental onde se reportou as atas e breve histórico do sindicato dos trabalhadores rurais de Caetité. E analisou o conteúdo da teoria fundamentada e o discurso nas atas de reunião encontradas.

Como pergunta de partida formulou-se o questionamento de como o sindicato passou a ter direito a existência dentro desse período do regime militar nesse processo de luta por garantias trabalhistas. Além disso, o artigo possui três capítulos, sendo que o primeiro busca trazer um levantamento das questões históricas e metodológicas, o segundo aborda sobre o movimento histórico sindical no campo e na cidade e o terceiro apresenta o sindicato dos trabalhadores rurais de Caetité dentro desse período de 1978 a 1985.

## 1. QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Nas sociedades primitivas comunistas que existiam no período paleolítico, neolítico havia um modo de produção que era mantido pela subsistência, através da caça, pesca e agricultura. Nesse tempo, a organização social era mais simplista e o trabalho era realizado de forma cooperativa para atender as necessidades dos clãs. A divisão de classes era ausente, porque até então, não havia exploração do homem pelo homem.

a sociedade comunista originária não conhecia nenhum princípio generalizado a todos os homens. Sua igualdade e solidariedade surgiam das tradições, dos vínculos sanguíneos e da propriedade comum dos meios de produção (Álvares, 2027, p.267).

No entanto, com o desenvolvimento gradual das forças produtivas dessa sociedade primitiva, por meio do aperfeiçoamento e invenção de instrumentos, como arco/flecha, uso de ferramentas simples como pedras, ossos, da descoberta do fogo, da fabricação de metais, do crescimento da agricultura e da pecuária, é que foi surgindo a necessidade de explorar a mão-de-obra. Principalmente por conta da domesticação de animais que era o que mais demandava trabalho.

E esse desejo por produtividade fez que com as sociedades ficassem mais complexas pois se buscava agora por novas forças de trabalho, provocando assim, uma divisão da sociedade. Com isso, começa a se formar a partir daí as classes de senhores e escravos/exploradores e explorados.

Nascia então o modo de produção escravista, onde os senhores se apossavam pessoas que eram escravizadas, para produção de bens e as relações sociais passaram a ser de dominação. Ou seja, as pessoas escravizadas eram vendidas como se fossem um negócio lucrativo. Como afirmam Lara & Diogo (2022, p.75), o ser escravizado é, portanto, uma mercadoria que, por sua qualidade mesma de sujeito subjetivo do processo de trabalho, imprime valor no processo de produção das mercadorias coloniais. Em outras palavras, o ser escravizado imprimia um valor no processo de produção de mercadorias.

Com o declínio do sistema feudal após a Revolução Industrial por volta dos séculos XVII e XVIII que dava início ao novo sistema dominante: O capitalismo, que perdura até os dias atuais.

No feudalismo, por exemplo, a produção era pautada pela autossuficiência, e quando havia intercâmbio de mercadorias os produtos eram trocados por outros produtos. Porém, esse sistema foi se enfraquecendo com o crescimento populacional e quando as atividades comerciais passaram a acontecer pela troca de moedas, ampliando assim, as

fontes de rendas dos mercadores que se tornaram homens ricos e poderosos, nascendo então, a nova classe econômica denominada burguesia. Essa transição marca o começo do capitalismo.

As revoluções burguesas culminaram na tomada do poder por tal classe social pelo solapamento da antiga ordem. Não se deve pensar que tal processo iniciou-se economicamente. Percebe-se que, com a chegada de tal classe ao poder, a esfera da produção torna-se o principal fundamento da existência humana (Carretero, 2019, p.83).

O capitalismo que é consolidado pelo controle e manipulação dos meios de produção por parte da classe dominante, é reconhecido através da exploração da força e do tempo do trabalhador assalariado, abrindo assim, caminho para uma prática comercial que visa o lucro e a acumulação do capital financeiro.

E esse sistema econômico dominante sempre visa lucro e a competição no mercado com base na exploração da mão-de-obra do trabalhador assalariado. De acordo com Moraes (2019), o capitalismo revelou o cenário mundial de grandes potências e movimentos econômicos políticos que provocaram incertezas e inseguranças além de ameaçar a democracia.

[...]a história do capitalismo foi marcada por um duplo movimento. De um lado, o movimento do moinho satânico do mercado, um movimento que deixado a si mesmo era predatório, destruiria a humanidade e mesmo o planeta. De outro, o movimento de autodefesa da sociedade, por vezes forjando alianças inesperadas, entre aristocratas e donos de terra e movimentos de trabalhadores, por exemplo. Tratava-se da tentativa de regular, civilizar o moinho do mercado (Moraes, 1997, p.14).

No Brasil, o capitalismo é nitidamente identificado pelo conflito de interesses, manifestando assim, a desigualdade, a exploração da mão-de-obra barata, o desemprego e a exclusão social. Pode-se dizer inclusive, que é caracterizado por um ofensivo ataque do capital contra o trabalhador. Pois enquanto o capitalista visa o lucro e acumulação do capital às custas da superexploração, pressão pela produtividade, desqualificação da força de trabalho, o trabalhador por outro lado, tem buscado o mínimo de direito para conquistar melhores condições de trabalho, reconhecimento, salário digno, e reconhecimento social. E mesmo com os avanços nas legislações trabalhistas, o trabalhador ainda encontra desafios com relação a precariedade laboral, visto que o Estado não consegue cumprir de fato suas obrigações de proteger o trabalhador por regular e fiscalizar de forma adequada o execução da leis trabalhistas.

Ao analisar a lógica capitalista e seus efeitos nas relações sociais, Marx descreve este sistema como capaz de formar conexões mais ferozes ou complacentes dependendo da forma como a classe trabalhadora se desenvolve. Na visão marxista, critica-se a

utilização da força de trabalho para suprir as necessidades do trabalhador que ocorre de modo a atender os interesses do capitalista. Assim, o sistema de dominação regula todo o processo de trabalho a fim de se atribuir um valor pelo resultado da produção, repetindo o mesmo modelo escravista de acumulação do capital.

[...]a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna actu [em ato] aquilo que antes ele era apenas potentia [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, eltem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valores de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo. Assim, o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado. A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada (Marx, 2013, p.326).

E como consequências desse modo de produção capitalista, surgem então questões sociais que foram se estabelecendo devido o conflito entre o capital e o trabalho. Manifestadas pelas desigualdades sociais, essas questões requerem, portanto, a formulação de respostas capazes de suprir as necessidades da classe minoritária e assim garantir-lhes condições de sobrevivência.

Vale destacar que, o capitalismo que provoca esse antagonismo nas relações de forças de trabalho cria uma oportunidade para que as classes sociais se organizem em lutas como forma de enfrentar a opressão vivenciadas pelos trabalhadores. E é exatamente por essa tensão entre patronado e empregado que vão surgindo os movimentos sindicais a fim de que os direitos e interesses dos empregados sejam representados e defendidos.

A este respeito, vale lembrar que os primeiros movimentos sindicais tiveram surgimento a nível mundial durante a Revolução Industrial por volta do século XVIII, e no Brasil, por volta do século XIX. Esses movimentos foram necessários tendo em vista a reivindicação de melhores condições de trabalho como por exemplo, a redução de jornada, melhorias nas condições de trabalho e higiene e aumento salarial considerando as precariedades de trabalho dos empregados.

Com o crescimento das cidades, a industrialização, com a insatisfação dos trabalhadores e o surgimento de ideias socialistas e anarquistas, começa então, a dar início ao movimento operário brasileiro. Diante disso, é importante destacar aqui uma linha do tempo dos períodos que marcaram a formação do movimento operário no Brasil, a fim de esclarecer a importância dessas lutas sociais trazendo alguns dos principais desafios e conquistas nos diferentes momentos políticos. Assim sendo, ao analisar o surgimento dos sindicatos no Brasil por períodos específicos, é possível citar pelo menos alguns

momentos: Final do século XIX e Século XX. Deste último, serão abordados a Primeira República (1889-1930), período Vargas (1930-1945), período democrático (1946-1964), ditadura militar (1964-1985), redemocratização (1985-1988) e o período após a Constituição de 1988.

No final do século XIX, os sindicatos começaram a se organizar devido ao crescimento da indústria o qual muitos operários imigrantes que trabalhavam em fábricas buscavam melhores condições de trabalho por justamente não estarem satisfeitos nos seus empregos e então, passaram a se mobilizar questionando e lutando pelos seus direitos trabalhistas.

Com relação aos poucos trabalhadores livres assalariados do século XIX, restritos às grandes cidades do país e a algumas poucas categorias, estes tiveram as suas primeiras expressões de organização sindical com as sociedades de auxílio-mútuo e as primeiras greves. Somente no século XX, com as primeiras indústrias e revoluções comunistas pelo mundo, que os trabalhadores construíram as primeiras confederações sindicais e expandiram-se os sindicatos livres (Ribeiro, 2022, p.170).

Esse período era um momento de crescimento urbano, de industrialização e de expansão do capitalismo que acabou suscitando nos trabalhadores a ânsia por melhores condições de vida, dando início aos primeiros movimentos operários socialistas como comunismo e anarquismo que tinham a perspectiva de uma transformação social mais profunda, da criação de novos valores sociais e de melhoria da qualidade de vida da sociedade.

No século XX, já foi uma época marcada por conquista de direitos pois neste período o sindicalismo avançou com as mobilizações e greves. Embora houvesse a crise econômica conhecida como “a Grande Depressão” que teve início nos Estados Unidos e se estendeu para os outros países inclusive ao Brasil tornando um desafio para o progresso, por outro lado, também houve mudanças positivas.

Os trabalhadores se depararam com superprodução, altas taxas de desemprego, especulação financeira e falta de regulação do Estado, provocando pobreza, fome e tensões políticas que incitaram a criação de federações, confederações e centrais sindicais. Apesar disso, há de se reconhecer que em meio a esses acontecimentos, o sindicalismo conquistou no Brasil por exemplo, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (1943) que prevê a redução de jornada de trabalho, férias anuais remuneradas, repouso semanal remunerado, licença maternidade-paternidade, FGTS (1966), seguro-desemprego, dentre outras e a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que era

responsável pela administração de pagamentos de benefícios previdenciários, hoje substituído pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

A Primeira República (1889-1930), que marca os primeiros momentos do Século XX, começa as primeiras organizações das primeiras estruturas sindicais dos trabalhadores, que influenciados pelos primeiros contatos com o socialismo, começam a reivindicar por direitos trabalhistas e sindicais, por melhores condições de trabalho, redução da jornada de trabalho, direito a férias, fim do trabalho infantil, proibição do trabalho noturno para mulheres, aposentadoria, assistência médica e melhores salários, o que resultou em diversas greves. Este período foi fortemente pautado por lutas e greves e paralisações. A legislação trabalhista só foi implantada no Brasil no ano de 1943.

Na era Vargas (1930-1945), também conhecida como Estado Novo, o movimento operário vive uma nova etapa com a criação do Ministério do Trabalho e a sanção do Decreto-Lei nº 19.770, de 19 de março de 1931<sup>1</sup> (Lei de Sindicalização). Em suma essa lei trata da criação e organização dos sindicatos, federações, confederações, sob controle do Estado, dos direitos, deveres e proibições que de acordo com Ribeiro (2022, p. 170), os direitos trabalhistas, tais como registro de carteira assinada e férias, dentre outros, foram possíveis ao mesmo tempo em que os antigos sindicatos livres passaram a serem sindicatos outorgados pelo Estado. Com isso, observa-se que o movimento operário na Era Vargas passou por um momento de transformação, pois nesse período os sindicatos foram impactados com o controle estatal, pois apesar do governo reconhecer e legitimar os sindicatos passou a recolher impostos e indicar líderes sindicais que eram nomeados pelo pelos aliados do governo.

Nesse período, haviam trabalhadores brasileiros que viviam nos sertões, mas em péssimas condições de vida, pois faltava higiene, alimentação adequada, e além disso, tinha pouca instrução. E o a única forma de ter contato com os agentes públicos era através dos impostos extorsivos que eles eram obrigados a pagar ao governo. Os camponeses eram vistos como pessoas desmotivadas e que por isso atrasava a produção rural. Havia necessidade regularização do trabalho nos setores agrícolas. E o Ministério do Trabalho assumiu essa responsabilidade no governo Vargas.

Vargas emitiu o Decreto 19.770 que explicou como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de Collor assumiria a responsabilidade pela regulação das condições de trabalho nos setores agrícola, comercial e industrial, registrando as associações de empregador e empregado nas escalas local, estadual e nacional como agências consultivas e técnicos do governo. O

---

<sup>1</sup> <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>

decreto ainda limitou a participação dos trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho, implementou controles na liberdade ideológica e associativa dos membros do sindicato e apoiou os sindicatos para que fornecessem aos trabalhadores urbanos e rurais (Welch, 2026, p. 85-86).

Apesar das conquistas, a Era Vargas foi também um período de repressão. Muitos líderes sindicais foram perseguidos, presos e alguns sindicatos foram fechados pois haviam muitos embates políticos e polarização ideológica.

Devido aos movimentos contrários ao Estado Novo que foram ganhando força, o governo Vargas começou a entrar em ruínas e gradualmente foi perdendo apoio de seus aliados, dando abertura ao período democrático.

No período democrático (1946-1964), a política se reorganiza e novos partidos vão surgindo como o Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Comunista do Brasil (PCB). Os movimentos sindicais se organizam e lutam pela reforma agrária, fica mais nítido a influência dos partidos políticos e a repressão a movimentos mais radicais. E esses acontecimentos se apresentam como elementos importantes para o entendimento da dinâmica sindical nesse período. Com o golpe militar que depôs o presidente João Goulart em 31 de março de 1964, surge então um novo regime no Brasil, o regime militar, impactando o trabalho e os trabalhadores brasileiros.

A ditadura militar que durou entre 1964 a 1985, foi um regime autoritário muito conhecido pela retirada de direitos civis, perseguição política, censura, tortura e violência contra opositores do regime. Durante o regime militar, o Brasil passou por reformas institucionais, intensificação da repressão e violência política, bem como, o retorno do multipartidarismo. Nessa época, lideranças sindicais foram presas, sindicatos controlados com a nomeação de interventores, a organização de greves e movimentos reivindicatórios foram impedidas pela desarticulação da luta, mas ainda assim, os militantes sindicalistas tentaram resistir e manter a organização sindical.

Com a crise econômica que provocou a dependência de empréstimos externos, o aumento da inflação e desigualdades sociais, com a pressão popular por mais democracia como o movimento de massa "Diretas Já", o regime militar se dissolve gradualmente, e o país vai se redemocratizando.

A redemocratização (1985-1988), que marca o processo de rearticulação de movimentos sociais tornou possível o fim da censura, o reestabelecendo direitos e garantias fundamentais, além da expansão de movimentos sociais e culturais, marcando assim, uma nova realidade garantindo o direito à liberdade de organização de associação sem autorização prévia do governo e o direito à greve.

E com o advento da Constituição Federal de 1988<sup>2</sup>, os direitos trabalhistas tiveram relevância e os trabalhadores passaram a ter mais cobertura e proteção. Com isso, a relação de emprego protegida torna-se uma garantia contra demissão arbitrária ou sem justa causa, o trabalhador fica sujeito a jornada de trabalho de oito horas diárias e 44 horas semanais, passa a ter direito ao 13º salário, o aviso prévio, licenças maternidade e paternidade e o direito de greve.

Recentemente está debate a tramitação da PEC pelo fim da escala 6X1 que pretende reduzir a jornada de trabalho - atualmente de 44 horas semanais. No entanto, a classe trabalhadora sofre resistência dos setores empresariais que alegam elevação de custos operacionais caso a PEC seja aprovada. Isso mostra que o embate entre trabalhadores e empregadores vem de longas datas e apesar da necessidade do acordo ou convenção coletiva de trabalho, depende e muito da aprovação dos parlamentares

## **2. BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL: NO CAMPO E NA CIDADE**

Ao analisar o contexto histórico do movimento sindical no Brasil, identifica-se que já na década de 30 existiam pelo menos 600 sindicatos urbanos no país, segundo levantamento de Moraes (1997). E em meados do século XX, mais precisamente na década de 50, surgem as primeiras ligas camponesas impulsionadas pelas lutas e manifestos populares contra a opressão do latifúndio. A região nordeste foi onde se concentrou a maior parte das primeiras alianças de camponeses que depois foram se espalharam pelo restante do país.

Interessante notar que, dentro desse contexto de formação dos sindicatos no Brasil, os sindicalistas se estruturaram sob muita resistência pois sempre havia a influência política que pesava na decisão dos direitos dos trabalhadores. De acordo com Moraes (1997), existia uma forte interferência do partido comunista sobre os sindicatos. Segundo o autor, em 1947 o partido comunista praticamente banuiu as Ligas Camponesas e foi um momento em que aconteciam muitos assassinatos, prisões e perseguições. Os líderes sindicalistas camponeses tinham pouca influência ideológica, além do que eram pessoas analfabetas do agro, o que dificultava as eleições de representantes comunistas para as assembleias. A dependência política era muito evidente pois gerava conflitos e disputas por liderança.

Quando mais as Ligas Camponesas ascendiam, mais despertava a oposição dos grandes proprietários de terra e do governo militar, pois para estes o movimento representava uma

---

<sup>2</sup> [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

ameaça aos seus interesses e à ordem estabelecida. Essa luta que se intensificou durante a ditadura, resultou no desaparecimento de camponeses que foram mortos no meio rural brasileiro. Mas a luta pela terra continuou emergindo posteriormente para o Movimento dos “Sem Terra”, atualmente conhecido como MST.

Essa luta sempre foi marcada por manifestações, denúncias contra a violência no campo e o foco era sempre a busca pelo acesso à terra, efetivação da reforma agrária e pela melhoria das condições de vida.

Durante o golpe de 1964, havia uma estrutura repressiva que desmontava o protagonismo dos sindicatos e de outros movimentos populares. Conforme afirmam Lara & Silva (2015), esse foi um momento em que os direitos trabalhistas sofreram um retrocesso.

O golpe civil-militar foi a resistência capitalista às possibilidades de reformas e avanços sociais. Por meio da violência, os setores reacionários atuaram com prisões de lideranças, torturas, assassinatos, expulsão de líderes esquerdistas do país e intervenção em sindicatos (Lara; Silva, 2015, p.277-278).

Isso de um modo geral trouxe um impacto negativo para o sindicalismo brasileiro porque com essas restrições severas, perseguições e principalmente, pela intervenção estatal em que os aliados políticos nomeavam interventores para controlar as ações nos sindicatos, isso era mais uma forma do Estado usar esses mediadores como seus instrumentos para regular e normatizar as atividades.

No entanto, apesar da intervenção e controle estatal, os sindicatos desempenharam um papel de resistência muito grande, inclusive as manifestações de greve foram capazes de enfraquecer a ditadura e impulsionar a luta pela redemocratização. E essa condução dos movimentos sindicalistas nas mediações e negociações entre classe trabalhadora e empregadores representam um ganho significativo desde formação dos primeiros sindicatos no Brasil, pois entende-se que houveram avanços graduais nas conquistas de direitos.

### **3. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAETITÉ-BA**

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caetité/Ba foi fundado no dia 24 de agosto de 1978, a partir de uma reunião no Grupo Escolar Valdir Cardoso, no bairro Santa Rita. De acordo com os registros encontrados na Ata da primeira reunião<sup>3</sup> - Ata de Fundação, compareceram 420 pessoas tendo como diretor Gersino Pereira de Novaes, que até então, era o segundo

---

<sup>3</sup> REUNIÃO. Ata de Fundação, 1ª reunião. 1978. Caetité/Ba.

Secretário da Federação dos Trabalhadores do Estado da Bahia. Conforme registra o documento, o sindicato surgiu pela necessidade de defender os interesses da categoria.

Das Atas pesquisadas foram identificados mais dois momentos de reuniões: Uma em 1984 e outra em 1985. Em 1984, registra-se na Ata de Assembleia Geral Extraordinária<sup>4</sup> o objetivo dos trabalhadores rurais de reorganizar a diretoria provisória. Neste documento, foi recomendado o afastamento do presidente José Ferreira de Melo que desde outubro de 1983 mostrou-se ausente, sendo, portanto, substituído pelo senhor José Maria Rodrigues. Na Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 1985<sup>5</sup> o então presidente, José Maria Rodrigues, propôs melhorias aos trabalhadores rurais como o melhor atendimento de saúde e transporte.

No documento Breve Histórico do Sindicato de Caetité-Ba<sup>6</sup>, consta que a associação recebeu apoio do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de Guanambi/Ba e do vereador César Ladeia. Vale ressaltar que, nesse período que datava de 1978 a 1985, o país vivia o regime da ditadura e Caetité possuía um perfil mais conservador devido a criticidade do momento. Ainda assim, os militantes sindicalistas se opunham ao conservadorismo de direita e mantiveram seu compromisso de defesa da democracia.

O MDB em Caetité mesmo encontrado um cenário conturbado, buscava novas estratégias de ação e de atuação, resistindo ao militarismo sempre em direção a defesa da classe trabalhadora.

Uma característica muito forte de Caetité é o coronelismo, que teve impacto muito grande na política local e acabou influenciando e moldando a formação e o funcionamento dos sindicatos. E esse resquício da ditadura militar marca o caráter autoritário e a política paternalista da cidade. No entanto, vale dizer que pouco a pouco com o apoio do partido MDB, o sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caetité conseguiu ser lembrado como uma entidade que resistiu a ditadura e que lutou fortemente pela democracia, pela defesa da reforma agrária, lutou contra a violência no campo, por melhores condições de vida dos trabalhadores, pela justiça social e pelo acesso aos direitos coletivos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A ditadura militar no Brasil durou entre 1º de abril de 1964 e perdurou até 15 de março de 1985, no entanto, no recorte desta pesquisa que se conteve analisar os anos 1978 a 1985 em Caetité/Ba, percebeu-se que a ditadura no município de Caetité não foi muito diferente do que

---

<sup>4</sup> REUNIÃO. Ata de Assembleia Geral Extraordinária. 1984. Caetité/Ba.

<sup>5</sup> REUNIÃO. Ata de Assembleia Geral Extraordinária. 1985. Caetité/Ba.

<sup>6</sup> Breve Histórico do Sindicato. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caetité/Ba.

ocorreu em todo o Brasil, isto porque esse cenário político afetou todos os setores pela forte presença do autoritarismo que respingava sobre os trabalhadores de todas as categorias, em especial, aqueles representados por movimentos revolucionários como os sindicatos dos trabalhadores.

Os trabalhadores rurais de Caetité reivindicaram de todas as formas pelos seus direitos sociais, mesmo diante de forças opostas e com os resquícios do coronelismo que oprimia os sindicalistas. Entre trocas de presidentes, decisões que visavam melhorias para os trabalhadores, tudo ainda era muito precário nesse período. O apoio político do MDB foi o ponta pé inicial para a progressão do sindicato. E por mais que houvesse repressão por conta do modelo burocrático-autoritário, os sindicalistas avançavam e sempre conseguiam se reformar e se reestruturar.

Vale observar que por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e também documental, foram encontrados poucos registros históricos desse período específico em Caetité, ficando evidente que esse é um tema pouco discutido até mesmo pela falta de publicação e documentos na cidade, sugerindo assim, a necessidade de ampliação de debates sobre o assunto para o fortalecimento da história do sindicato dos trabalhadores rurais de Caetité.

## REFERÊNCIAS

Álvares LP. **Comunismo Primitivo e transição capitalista no pensamento de Rosa Luxemburgo**. Rev Direito Práx [Internet]. 2017Jan;8(1):262–84. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/dep.2017.18369>.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona; FLACH, Simone de Fátima. **Movimentos sociais e luta de classes: potencialidades para a emancipação humana**. *Revista de Políticas Públicas*, v. 27, n. 2, p. 643–658, 19 Dez 2023 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/22812>. Acesso em: 24 abril 2025.

**Breve Histórico do Sindicato**. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caetité/Ba.

CARRETERO, G. H.. (2019). **Transformações do capitalismo e formação do indivíduo**: contribuições da Escola de Frankfurt na análise das eleições presidenciais nos EUA e Brasil. *Fractal: Revista De Psicologia*, 31(2), 83–90. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i2/5619>.

LARA, R., & DIOGO, P. R.. (2022). **A herança escravista de longa duração na formação do mercado de trabalho no Brasil**. *Serviço Social & Sociedade*, (145), 72–90. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.293>

LARA, R., & SILVA, M. A. da .. (2015). **A ditadura civil-militar de 1964**: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, (122), 275–293. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.023>

MARX, K. O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES RCC de. **Como este mundo se tornou possível?** Do capitalismo organizado à desordem presente. Educ Soc [Internet]. 2019;40: e0221702. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019221702>

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: Lattermund. 1997.92 p.

**Reunião**. Ata de Assembleia Geral Extraordinária. 1984. Caetité/Ba.

**Reunião**. Ata de Assembleia Geral Extraordinária. 1985. Caetité/Ba.

**Reunião**. Ata de Fundação, 1ª reunião. 1978. Caetité/Ba.

RIBEIRO, R. F.. (2022). **Passado, presente e tendências para o futuro das lutas sindicais no Brasil**. *Revista Katály*


WELCH CA. **Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945)**. Rev Bras Hist [Internet]. 2016Jan;36(71):81–105. Disponível em: [https://doi.org/10.1590/1806-93472016v36n71\\_004](https://doi.org/10.1590/1806-93472016v36n71_004)

# **FABRÍCIA DE SOUZA OLIVEIRA**


## **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAETITÉ: HISTÓRIA, TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO**

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em Licenciatura em História, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus VI).


Aprovada em 10 de julho de 2025, com nota 7,5 (sete e meio).

Documento assinado digitalmente  
 **GENILSON FERREIRA DA SILVA**  
Data: 14/07/2025 13:58:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Genilson Ferreira da Silva**  
Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Professor Adjunto da UNEB/Campus VI – Orientador

Documento assinado digitalmente  
 **WILSON DA SILVA SANTOS**  
Data: 15/07/2025 10:20:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dr. Wilson da Silva Santos**  
Doutor em Filosofia e História da Educação - UNICAMP  
Professor Titular da UNEB/Campus VI

Documento assinado digitalmente  
 **JOSLAN SANTOS SAMPAIO**  
Data: 18/07/2025 13:39:13-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Joslan Santos Sampaio**  
Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade - UESB  
Professor SEC/BA Vitória da Conquista



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB**

Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH  
CAMPUS VI - CAETITÉ/BA**

## **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO**

Eu, **Fabírcia De Souza Oliveira** estudante do curso de Licenciatura em **História** da UNEB, Campus VI, Caetité, declaro para os devidos fins, que o trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAETITÉ HISTÓRIA, TRAJÉTORIA DE LUTA E FORMAÇÃO** é de minha autoria. Declaro ainda que os trechos e citações de terceiros presentes no texto estão devidamente referenciados conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e que assumo inteira e total responsabilidade em caso de identificação de plágio, sujeitando-me às penas previstas no Código Penal Brasileiro.

Caetité, 04/11/2025.

*Fabírcia de Souza Oliveira*

Fabírcia de Souza Oliveira - 061510089

Nome do(a) Discente – Nº de Matrícula



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB  
Autorização Decreto nº 9237/86, DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH  
CAMPUS VI - CAETITÉ/BA

## DECLARAÇÃO DE (NÃO) USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Eu, FABRÍCIA DE SOUZA OLIVEIRA estudante do curso de Licenciatura em HISTÓRIA dá UNEB, Campus VI, Caetité, declaro para os devidos fins, que o trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAETITÉ HISTÓRIA, TRAJÉTORIA DE LUTA E FORMAÇÃO** é de minha autoria.

Considerando que recursos de inteligência artificial **não devem ser utilizados na escrita/produção da redação final do trabalho** de conclusão de curso, declaro também que durante a produção do texto:

NÃO houve o uso de inteligência artificial

SIM, houve o uso de Inteligência artificial. (Neste caso, informe abaixo o uso que foi feito e quais recursos foram utilizados, sabendo que a IA **não deve ser utilizada para escrita** do texto)

A Inteligência artificial foi usada no texto para:

revisão linguística do texto

elaboração de imagens e gráficos

tradução

Outros (especificar) \_\_\_\_\_

Cite os recursos de IA que foram utilizados (ex: Chat GPT)

GEMINI

Caetité, 04/11/2025.

Fabírcia de Souza Oliveira

Nome do(a) Discente – Nº de Matrícula